

Manuais escolares no Ensino Primário (*)

J. David Vieira, Universidade de Aveiro

O manual escolar é de há muito um auxiliar privilegiado e mesmo indispensável no processo de ensino/aprendizagem em todos os níveis de ensino não superior (mesmo neste nível não esqueçamos o papel da tão conhecida «sebenta»). Nos últimos anos, o desenvolvimento da investigação na área das Ciências da Educação favoreceu o aparecimento no mercado de muitos e diversificados instrumentos pedagógicos e materiais didáticos, mas o manual escolar manteve e mantém inalterada a sua posição de relevo.

Com os manuais escolares gastam-se, a nível mundial, cerca de 85% dos recursos financeiros destinados aos materiais pedagógicos [1; pag. 270]; «Livro Escolar — um assunto de milhões» titula na capa a revista LER [5] e eu atrever-me-ia a ser mais objectivo e a dizer **Livro Escolar — negócio de milhões**. E talvez esteja aqui uma das razões das dificuldades em atacar frontalmente o problema. A isto junte-se a inexistência de uma política de manuais escolares e o facto do ME, através dos seus organismos especializados, não ter assumido em devido tempo as suas responsabilidades neste capítulo.

O ensino primário, por razões conjunturais, é mais vulnerável que qualquer outro grau de ensino a este tipo de problema.

No ensino primário «os milhões são maiores», os compradores são certos e por conseguinte o importante é que o produto esteja pronto no início do ano escolar. É a **qualidade**? Do ponto de vista gráfico a qualidade é de um modo geral boa - é preciso vender, a operação «marketing» funciona. A qualidade científica, essa, não tem sido preocupação de grande parte dos autores. Pior, atendendo aos manuais que consultei nos últimos dez anos, sou levado a crer que vários autores não conheciam minimamente matérias sobre as quais escreveram. Significa isto que nos últimos anos só apareceram manuais cientificamente maus no mercado? De modo nenhum. Dos que conheço — e estou muito longe de conhecer tudo o que é produzido — alguns não apresentam erros científicos.

Então, o problema parece de solução simples — basta que os professores escolham os livros mais viáveis do ponto de vista científico.

Ora é aqui que tem residido o drama — escolher como? Com que instrumentos de avaliação? Com que conhecimentos? A introdução de novas matérias no programa, neste caso, a teoria dos conjuntos como teoria-base para a definição do conceito de número, foi feita sem preparação dos professores. A grande maioria desconhecia tal matéria e tinha apenas para orientação os manuais dos alunos, alguns com erros grosseiros. Confusão entre conjunto e sua representação, entre as rela-

ções de pertença e de inclusão, entre igualdade e equicardinalidade, utilização indevida dos sinais operatórios e uma incorrecção generalizada da linguagem era visível em muitos livros.

Durante anos não houve acções de formação neste campo e não havia livro do professor.

Nestas condições, como distinguir o trigo do joio? É óbvio que a escolha não podia ser ditada por parâmetros de natureza científica. Anos a fio foram adoptados em muitas escolas livros sem o mínimo de qualidade científica. É por tudo isto que eu afirmo que houve negligência e demissão de organismos responsáveis pelo sector do ensino primário.

Felizmente algo parece ter mudado neste capítulo. Nos manuais que ultimamente tenho consultado deixei de ver erros que eram vulgares ainda há alguns (poucos) anos.

Foi com agrado que vi incluído nos Documentos Preparatórios da CRSE [1] todo um capítulo dedicado aos manuais escolares.

No entanto e como já foi referido em [3] foi com espanto que li que ao Estado competia garantir a qualidade pedagógica e técnica dos manuais escolares (págs. 275, 276, 278). E a garantia de qualidade científica a quem compete? A inclusão desta componente na pág. 281 e posteriormente no projecto de diploma (pág. 287) não diminui grandemente a gravidade da omissão. Será interessante lembrar o que já constava no ponto 1 da Recomendação n.º 15 da Conferência Internacional da Instrução Pública sobre «Elaboração, utilização e escolha de livros escolares» reunida em Genebra em Julho de 1938 (mil novecentos e trinta e oito):

«Os manuais escolares devem responder a três categorias de exigências; pedagógicas (**fundo científico** e métodos); técnicas (...) e económicas (...);» e no ponto 3 da mesma Recomendação chama a atenção especial das autoridades oficiais para os livros a usar nas classes primárias, com relevo particular para os que se destinem às crianças mais jovens.

A razão apontada nesta altura era o risco de degradação da qualidade devido à concorrência de editores e autores.

E aqui não posso deixar de me lembrar do «assunto (leia-se, negócio) de milhões».

No ponto 5 volta a insistir-se na mesma ideia — a importância do **fundo científico** e do método pedagógico na apreciação dos manuais.

O cuidado especial a ter com os manuais para o ensino primário pode ver-se na Recomendação n.º 48 aos Ministérios da Instrução Pública feita em Julho de 1959 pela Conferência Internacional da Instrução Pública, sobre a «Elaboração, escolha e utilização dos manuais do ensino primário». Transcrevo alguns pontos dessa

Recomendação:

«Elaboração dos manuais

2) Sobretudo nos países em que a redacção dos manuais compete à iniciativa privada, convém ter a garantia de que as obras utilizadas nas aulas são de um valor científico, pedagógico, e estético incontestável.

3) Atendendo às exigências no que se refere tanto ao conteúdo do livro escolar como ao seu valor didáctico, é cada vez mais desejável que, quando da elaboração dos manuais, se estabeleça uma colaboração entre os peritos em matéria de investigação pedagógica, os especialistas das disciplinas tratadas e os professores encarregados de as ensinar.

Questões de ordem didáctica

38) Deve encorajar-se a corrente que está a nascer em vários países a favor da generalização dos manuais didácticos ou livros dos professores,....»

É com tristeza que se constata que 30 anos depois esta Recomendação ainda não passou por aqui. Apesar do tempo decorrido, parte substancial das Recomendações referidas ainda mantém perfeita actualidade.

Problemas como os resultantes da introdução da Teoria dos Conjuntos no ensino primário (e que se verificaram também noutras áreas) sendo graves, poderiam não atingir as proporções que atingiram se tivesse havido a preocupação de desencadear atempadamente acções sérias de reciclagem e/ou formação dos professores e de promover a elaboração de adequados manuais do professor.

Já em 2 de Outubro de 1980, em relatório enviado à Directora Geral do Ensino Básico [6], o Grupo de Trabalho de Aveiro da SPM chamava a atenção para a gravidade da situação e pedia a intervenção das entidades responsáveis para que a formação (contínua) dos professores pudesse ser uma realidade a curto prazo. E acrescentava-se, terminando assim o relatório, «... a fim de que, em fins do século XX, em Portugal, não se continue a ensinar crianças a multiplicar ratos por ratos ou cães por ossos» (referência a uma ficha de um livro adoptado nessa altura em algumas escolas).

De então para cá, embora lentamente, alguma coisa mudou e penso que para melhor. Estou esperançado em que o desejo formulado no relatório acima referido virá a ser satisfeito, mas a realidade é que grande parte dos professores do ensino primário ainda continua desarmada

perante a avalanche de manuais que todos os anos chega às bancas das livrarias e mais ainda perante a eventualidade de modificações programáticas.

O processo de escolha de manuais para o ensino primário, proposto pela CRSE, não tem em conta a realidade e é previsível que, a ser adoptado, esteja votado ao fracasso.

A formação de professores, inicial e contínua, como temos vindo a referir há anos e que é um tema muito caro ao actual Ministro da Educação é pedra de toque de toda esta problemática. Entretanto, é urgente intervir no que respeita à qualidade dos manuais, e em qualidade englobamos os aspectos científico, pedagógico, técnico, gráfico e económico e essa intervenção, seja qual for, não pode ficar-se em simples «desaconselha-mentos», é preciso evitar que manuais com erros grosseiros possam vir a ser adoptados por escolas — uma que fosse, já seria grave.

Tal medida moralizaria, a curto prazo, a produção não permitindo a sobrevivência dos manuais efectivamente maus.

Todos estão descontentes com os livros escolares — professores, pais, alunos e editores, lê-se no cap. IV dos Doc. Preparatórios II.

Se assim é, passe-se, pois, à acção para que o problema dos livros escolares, com especial incidência no ensino básico elementar — negócio de milhões — não continue a ser uma vergonha nacional.

Referências

- [1] «Documentos Preparatórios-II», CRSE, 1988
- [2] «Os Livros Escolares», Costa Carvalho, 1972
- [3] «Contra a insustentável falta de rigor científico na escolha dos manuais escolares proposta pela CRSE», J. David Vieira e Arsélio Martins, Boletim da SPM, n.º 12, Março 1989
- [4] «Matemática no Ensino Primário», Arsélio Martins, J. David Vieira, Boletim da SPM, n.º 13 — Janeiro 1989
- [5] «Livro Escolar — um assunto de milhões» — LER, n.º 4, 1988
- [6] «Formação Contínua (?) de professores — Algumas experiências» — (vários) — Actas do Colóquio «O ensino da Matemática nos anos 80», SPM, 1982.

(*) Em concreto só me referirei a estes manuais por ser os que conheço razoavelmente bem.

